

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	18
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	21
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	22
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	23
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	69.150
Preferenciais	0
Total	69.150
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	221.888	222.064	222.215
1.01	Ativo Circulante	221.618	221.752	221.919
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	221.618	221.752	221.919
1.02	Ativo Não Circulante	270	312	296
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	270	312	296
1.02.01.07	Tributos Diferidos	115	163	153
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	115	163	153
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	155	149	143

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	221.888	222.064	222.215
2.01	Passivo Circulante	4	1	0
2.01.02	Fornecedores	4	0	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	1	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	1	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	1	0
2.02	Passivo Não Circulante	337	481	449
2.02.04	Provisões	337	481	449
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	337	481	449
2.03	Patrimônio Líquido	221.547	221.582	221.766
2.03.01	Capital Social Realizado	210.200	210.200	210.200
2.03.04	Reservas de Lucros	11.382	11.566	11.684
2.03.04.01	Reserva Legal	2.040	2.040	2.040
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	9.342	9.526	9.644
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-35	-184	-118

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-145	-201	-135
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-136	-186	-112
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9	-15	-23
3.04.05.01	Provisão para Riscos fiscais	-9	-15	-23
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-145	-201	-135
3.06	Resultado Financeiro	110	6	9
3.06.01	Receitas Financeiras	110	6	9
3.06.01.01	Receitas Financeiras	110	6	9
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-35	-195	-126
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	11	8
3.08.02	Diferido	0	0	8
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-35	-184	-118
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-35	-184	-118
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,00051	-0,0029	-0,01735

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-35	-184	-118
4.03	Resultado Abrangente do Período	-35	-184	-118

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-133	-167	-112
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-133	-180	-103
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	13	-9
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	0	200.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-133	-167	199.888
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	221.752	221.919	22.031
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	221.619	221.752	221.919

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	210.200	0	11.382	0	0	221.582
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	210.200	0	11.382	0	0	221.582
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-35	0	-35
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35	0	-35
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-35	35	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízo	0	0	-35	35	0	0
5.07	Saldos Finais	210.200	0	11.347	0	0	221.547

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	210.200	0	11.566	0	0	221.766
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	210.200	0	11.566	0	0	221.766
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-184	0	-184
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-184	0	-184
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-184	184	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízo	0	0	-184	184	0	0
5.07	Saldos Finais	210.200	0	11.382	0	0	221.582

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.200	0	11.684	0	0	21.884
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.200	0	11.684	0	0	21.884
5.04	Transações de Capital com os Sócios	200.000	0	0	0	0	200.000
5.04.01	Aumentos de Capital	200.000	0	0	0	0	200.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-118	-118	0	-118
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-118	-118	0	-118
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	118	0	0
5.06.04	Absorção do prejuízo	0	0	0	118	0	0
5.07	Saldos Finais	210.200	0	11.566	0	0	221.766

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	110	6	9
7.06.02	Receitas Financeiras	6	6	9
7.06.03	Outros	104	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	110	6	9
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	110	6	9
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	52	157	104
7.08.02.01	Federais	51	157	104
7.08.02.02	Estaduais	1	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-35	-184	-118
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-35	-184	-118
7.08.05	Outros	93	33	23

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas

Atendendo disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação e deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Contábeis da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No cenário internacional predominou a disputa comercial entre os Estados Unidos e China, que gerou consequências em cadeia em outros países ao longo do ano de 2019, inclusive no Brasil.

No plano interno, a economia brasileira registrou um crescimento da ordem de 1,17% em 2019, segundo variação do PIB apurada pelo Banco Central. Para o ano de 2020, é estimado um crescimento de 2,30% para o PIB.

As indefinições políticas em relação às reformas necessárias, da previdência, política, tributária e trabalhista contribuem para o clima de incertezas que caracteriza o atual momento da economia brasileira.

A taxa básica de juros (SELIC), definida pelo Banco Central como instrumento de combate à inflação, sofreu redução de 6,50% para 4,50% em 2019.

A inflação apurada pelo IPCA, situou-se em 4,31% em 2019, contra 3,75% em 2018. A estimativa do mercado para o ano de 2020 situa-se em 3,61%.

O mercado de capitais, avaliado pela evolução do índice BOVESPA, registrou valorização de 31,58% no ano, alcançando 115.645 pontos em 31 de dezembro de 2019.

O volume de ações registrado na CVM para oferta pública em 2019 alcançou R\$ 35,2 bilhões, enquanto que o volume de debêntures situou-se em R\$ 14,7 bilhões, totalizando R\$ 49,9 bilhões no ano.

O Balanço Patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 não apresenta variações relevantes em relação aos saldos do exercício anterior.

As Demonstrações do Resultado do exercício de 2019 apresentam receitas de R\$ 110 mil e despesas de R\$ 145 mil, resultando um prejuízo de R\$ 35 mil no exercício. Serviços de terceiros,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

impostos, taxas e emolumentos correspondem a 93,8% do total das referidas despesas.

A liquidez financeira da Companhia assegura plenas condições de solvência de seus compromissos.

A CADIP prudentemente procede a atualização dos valores correspondentes às provisões para riscos.

As condições ainda desfavoráveis do mercado de capitais não permitiram a efetivação de operações pela Companhia no exercício de 2019. Entretanto, a CADIP continua com sua estrutura técnica e operacional em plenas condições com vistas a auxiliar o Tesouro Estadual na administração da dívida pública do Estado conforme disposto em seu Estatuto Social, já tendo realizado a emissão e colocação de 11 emissões de debêntures, em montante atualizado de R\$ 5,4 bilhões.

A empresa de auditoria independente Maciel Auditores S/S, contratada para auditar as demonstrações do exercício de 2019 presta exclusivamente serviços de auditoria contábil independente.

Declaração da Diretoria: na forma do disposto no Art. 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para as atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2019.

A Administração.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da Auditoria em 2 de janeiro de 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de *hedge*, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a

Notas Explicativas

Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis líquidos de mercado.

2.4 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, a estimativa de reembolso é reconhecida como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

2.6 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela CADIP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.7 Arrendamento Mercantil

Avaliamos os efeitos da aplicação da NBC TG 06 (R3) e não identificamos contratos que possam ser caracterizados como de arrendamento mercantil.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Notas Explicativas

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 22.929 (2018 - R\$ 22.904), e prejuízos fiscais, no montante de 22.929 R\$ (2018 - R\$ 22.904), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.796 (2018 - R\$ 7.787), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 115 (2018 - R\$ 163).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bancos - conta movimento	53	79
Aplicações financeiras	<u>221.565</u>	<u>221.673</u>
	<u>221.618</u>	<u>221.752</u>

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

6 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o Capital está composto por 69.150.262 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

Notas Explicativas

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

- (i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e
- (ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

7 Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, pela Lei Estadual nº 10.600, de 28 de dezembro de 1995, como de serviço público relevante.

8 Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda em processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 162, em 31 de dezembro de 2019, (2018 - R\$ 313) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 175, em 31 de dezembro de 2019, (2018 - R\$ 168), estas com decisão favorável à Companhia em 1ª Instância, junto a Justiça Federal. Em conformidade com o Acórdão nº 02-89.221 da 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belo Horizontem onde julgaram procedente a Manifestação de Inconformidade apresentada pela Companhia, no processo nº 11080.908886/212-57, homologando a compensação realizadas no ano de 2006, neste exercício social foi revertida a sua respectiva provisão no valor de R\$ 104 mil e tributos diferidos no valor R\$ 54 mil.

9 Despesas gerais e administrativas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	2019	2018
Serviços de terceiros	42	47
Impostos taxas e emolumentos	52	52
Publicações	40	87
	<u>136</u>	<u>186</u>

Notas Explicativas

Carlos Eduardo Provenzano

Presidente

Cristiane Costa da Rosa

Diretora Técnica

Luiz Antônio Medina Gomez

Diretor de Relações com Investidores

Paulo Cesar Santana Nunes

Contador
CRCRS 034346/0-4
CPF 139198490-00

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos acionistas da
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CADIP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião não modificada sobre as demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

De acordo com o item 9, da NBC TA 701, o auditor deve determinar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria. Para fazer tal determinação, o auditor deve levar em consideração o seguinte:

- (a) áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados, de acordo com a NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente;
- (b) julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive estimativas contábeis identificadas que apresentam alto grau de incerteza na estimativa;
- (c) efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativos ocorridos durante o período.

Contudo, conforme item A59, da NBC TA 701, em alguns poucos casos (por exemplo, entidade listada com operações muito reduzidas), o auditor pode determinar que não há principais assuntos de auditoria de acordo com o item 10, porque nenhum assunto exigiu sua atenção significativa. Foi o caso da CADIP, que no exercício de 2019 apresentou um número reduzidíssimo de operações.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da CADIP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 11 de janeiro de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de janeiro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL

Maciel Auditores S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL: Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.- CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2019, bem como a justificativa da não distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2019 e da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2020, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, e entendemos, por unanimidade, que as referidas matérias estão em condições de serem aprovadas pelos Senhores Acionistas.

Fernando Rodrigues Cristoferli Wingert
Conselheiro

Jorge Luis Tonetto
Conselheiro

Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL – CADIP, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, atestando que o conjunto de informações nelas contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da empresa.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2020.

Carlos Eduardo Provenzano
Diretor Presidente

Luis Antonio Medina Gomez
Diretor de Relações com Investidores

Cristiane Costa da Rosa
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL – CADIP, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes, relativas às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2020.

Carlos Eduardo Provenzano
Diretor Presidente

Luis Antonio Medina Gomez
Diretor de Relações com Investidores

Cristiane Costa da Rosa
Diretor Técnico